

# CNBB e Cimi ameaçam soberania nacional, diz CSN

*Estudos sigilosos do Conselho de Segurança Nacional recomendam ao governo "ações enérgicas" para afastar "pressões" na questão indígena*

**MARCELO XAVIER DE MENDONÇA**  
Repórter da Sucursal de Brasília

Em documento sigiloso a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN) afirma que a questão indígena oferece "riscos para a soberania e a integridade do território nacional", responsabilizando, principalmente, a Igreja Católica, através da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — e de seu organismo específico, o Conselho Indigenista Missionário — Cimi.

Os estudos recomendam ao governo "ações enérgicas e decididas" para se "contrapor a todas as pressões do Cimi e das entidades que o apóiam", evitando o "esfacelamento do território nacional". O documento faz parte de um grupo de doze estudos cujas cópias foram obtidas com exclusividade pela Folha enviados pela Secretaria-Geral do CSN — ocupada pelo ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubens Bayma Denys — ao deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a participação do Cimi numa suposta conspiração internacional destinada a restringir a soberania do Estado brasileiro sobre as áreas indígenas na região amazônica. A acusação foi publicada em agosto pelo jornal "O Estado de S. Paulo". Os documentos foram enviados à CPMI-Cimi aten-

dendo ao pedido da Comissão, que requisitou informações sobre o projeto Calha Norte (plano de ocupação militar e desenvolvimento econômico de 6.500 km de fronteira norte do país).

Em outro documento, datado de 3 de junho de 1986, o CSN propõe a criação de um grupo de trabalho interministerial, formado por representantes do SNI — Serviço Nacional de Informações —, da Secretaria-Geral do CSN e do Itamaraty, para, "em caráter confidencial, estudar o problema da ingerência da Igreja nos negócios do Estado". A recomendação parte da avaliação de "despreparo governamental" diante da atuação da "minoridade 'progressista' da Igreja".

Os estudos são divididos em doze pastas: Estudos preliminares que levaram à elaboração do Projeto Calha Norte; relação dos campos de pouso na área do projeto; A questão indígena e os riscos para a soberania e a integridade do Território nacional; manifestação da Igreja Católica sobre o projeto; questão indígena — meio ambiente — exigências internacionais; atuação do Cimi; artigos publicados na imprensa sobre o projeto (duas pastas); repercussão do projeto na Venezuela; um dossiê sobre d. Aldo Mogniano, bispo de Boa Vista (RR), e um boletim do Cimi sobre o Calha Norte.

Na análise que faz da atuação da Igreja no Brasil, os documentos do CSN diz que a "corrente progressista" do clero "ocupa todos os postos de direção da CNBB, imprimindo-lhe uma linha essencialmente sócio-política, quando não revolucionária".

Depois de descrever a "vasta estrutura" da Igreja, usada, segundo o documento, para a "doutrinação divergente dos ensinamentos evangélicos", aproveitando a "sensibilidade religiosa do homem brasileiro para a exploração dos desníveis sociais e das dificuldades por que passa a grande maioria do povo", o CSN sugere algumas medidas. Entre elas, a "ampliação dos programas sócio-econômicos do governo, como medida eficaz para a retirada dos pontos de sustentação das campanhas da Igreja".

O grupo de trabalho interministerial, também proposto pelo CSN, teria entre suas atribuições sugerir medidas para privilegiar os contatos do governo com os setores "tradicionais" da Igreja; "mobilização das diversas correntes políticas que apóiam o governo, para se contraporem às ações do clero, naquilo que for adverso aos objetivos de governo", e criar mecanismo de controle de atuação das organizações religiosas no Brasil, da participação de sacerdotes estrangeiros e do ingresso de recursos estrangeiros "destinados às campanhas da Igreja".

## SNI tem dossiê sobre bispo de Boa Vista

Baseado em relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) que "vem acompanhando o comportamento de d. Aldo Mogniano", bispo de Boa Vista, a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN) preparou um dossiê que integra o grupo de estudos enviados à comissão, e conclui que o bispo italiano vem "transgredindo" a Lei dos Estrangeiros. A SG/CSN propõe no documento que o ministro da

Justiça, Paulo Brossard, decida sobre a "oportunidade de determinar à Polícia Federal uma ampla investigação" das atividades do religioso, podendo "instaurar o competente inquérito objetivando sua expulsão do território nacional".

Segundo o dossiê, d. Aldo, 68, "é passível de expulsão por atentar contra a segurança nacional, a ordem política e social e a tranquilidade pública". O documento afirma que

"há depoimentos registrados no Congresso Nacional, relativos à sua época de bispo em Moçambique, que o identificam como extremo agitador, chegando mesmo a engajar-se no tráfico de armas para suprir guerrilheiros, além da orientação ideológica". Procurado ontem às 12h30, d. Aldo não foi encontrado. Segundo a pessoa que atendeu o telefone na casa do bispo em Boa Vista, estava viajando. (MXM)

## Bispos violam Lei dos Estrangeiros, diz texto

D. Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT), e d. Pedro Fedalto, de Curitiba (PR), são dois dos bispos incluídos numa relação de 118 religiosos, segundo a Secretaria-Geral do CSN, "vem violando a lei dos estrangeiros". A lista foi enviada à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Cimi junto com os doze estudos. Num dos documentos, o CSN recomenda "a instauração de processos e de ação penal contra os religiosos/missionários que estejam cometendo delitos, seja pela causa indígena, seja por outra causa que a Igreja vem defendendo".

No caso dos religiosos estrangeiros "que estejam infringindo a lei nº 6.815/80 (dos Estrangeiros)", SG/CSN recomenda que "o Ministério da Justiça deverá instaurar inquérito para os devidos fins".

### Delitos

O documento cita como exemplos de delitos "ofensas às autoridades constituídas; incitação dos lavradores à invasão de terras, insuflação dos trabalhadores à resistência passiva e a movimentos de rebeldia declarada, incitação dos índios a sequestros de pessoas e à interdição de estradas como forma de exigirem

soluções imediatas para seus problemas".

O relacionamento do Cimi e da CNBB com o governo, ao tratar da questão indígena, também é objeto de recomendações da SG/CSN. Segundo um dos documentos, o governo deve pedir que todos "os pleitos sejam formulados por escrito para serem examinados. Isso serviria para "contemporizar os representantes dessas entidades, evitando reuniões para discussão dos problemas, ocasião em que as autoridades governamentais são questionadas, desgastando-se politicamente". (MXM)